

Camadas e fios de Leia a íntegra do discurso de Dilma na Comissão da Verdade pela análise de discurso.

Valéria de Castro Fonseca
Universidade de Brasília – UnB

Resumo

Este artigo apresenta uma breve abordagem teórica e analítica sobre a matéria Leia a íntegra do discurso de Dilma na Comissão da Verdade, publicada no jornal online **Folha.com**, de 16 de maio de 2012. O objetivo é tratar o relato jornalístico sob a perspectiva da análise de discurso utilizando-se o caminho das seis leituras interpretativas na construção dos dispositivos analíticos e a estruturação do texto como malhas compostas por fios discursivos. Os procedimentos de análise definem o texto como um ponto de partida na pragmática comunicativa e reconstruem o relato na intenção da comunicação jornalística com o leitor. O trabalho introduz noções de representação social, consciência histórica, hermenêutica, silêncio.

Palavras-chave: Estudos de Jornalismo. Análise de Discurso. Direitos Humanos

Abstract

This article presents a brief theoretical and analytical approach to the news headlined Read the speech of Dilma upon the Commission of the Truth, “published” by the Brazilian online newspaper **Folha.com**, on May 16, 2012. The purpose of this work is to deal with journalistic report in view of discourse analysis, making use of six distinct and correlated interpretative readings in the construction of analytical mechanisms as well as considering text structure a net of discursive threads, such as nodal and reference thread. The analysis procedures define the narrative discourse as a starting point in communicative pragmatics and rebuild the journalistic and political discourse in order to be in touch with the reader. This article also introduces general concepts of social representation, hermeneutics, silence.

Key-words: Studies of journalism. Discourse Analysis. Human Rights

O material a ser analisado são trechos específicos da matéria que introduz e divulga na íntegra o discurso da presidenta Dilma na instalação da Comissão da Verdade. A matéria

apresenta Dilma Rousseff e os ex-presidentes Collor, Sarney, FHC e Lula como sujeitos enunciadorees da história do presente e do passado que se interpenetram, e ainda como fator preponderante no desencadeamento da notícia a Comissão da Verdade e seus sete integrantes - Gilson Dipp, Maria Rita Kehl, Rosa Maria Cardoso da Cunha, José Paulo Cavalcanti Fo., José Carlos Dias e Claudio Fonteles, As partes analisadas da matéria mostram os fios do discurso que tecem as malhas discursivas, evidenciando arquivos polissêmicos, sentidos denotativos e conotativos, referências documentais, sujeitos enunciadorees e enunciatários, argumentação retórica de interlocutores e novos fatos e acontecimentos a porvir na narrativa jornalística.

Ao penetrar no tempo narrativo e percorrer as diversas camadas do discurso jornalístico e político, o analista organiza os fatos para produzir os efeitos de sentido, puxa os fios do discurso procurando concluir a tessitura da história, e assim, como bem disse Paul Ricoeur, evoca mundos possíveis. Emerge então o seguinte silogismo: se para representar é necessário comunicar, e sendo a mídia veículos de comunicação que abordam e divulgam a *themata* – temas e noções primárias que alimentam as representações sociais por meio da narrativa jornalística, logo é pertinente afirmar que a mídia influencia e interfere nas práticas sociais, bem como perfaz a rota dinâmica do imaginário político e social, o qual alimenta e configura as representações sociais e as imagens simbólicas do inconsciente coletivo, presentes no jornalismo diário.

Noções dos Processos Interpretativos da Comunicação

Captar, interpretar, mergulhar nos sentidos da narrativa, sua história e seu discurso requer perscrutar a linguagem e sua base – o signo, suas formas e seus sentidos – como uma representação de ações, palavras, ideias, sentimentos que trazem significados diferentes conforme a intenção do ato de fala. Toda linguagem é, pois, intencional, comunicando uma intenção que ora abre ora fecha os sentidos, proporcionando diferentes significados que não estão na superfície da fala. Fazer as leituras das camadas da narrativa conduz à compreensão dos encadeamentos da história e do discurso que compõem esta narrativa, da mesma forma que traz à luz o elo entre significação e **representação social**. Representar é utilizar o ‘discurso como efeito de sentidos entre locutores’ (Orlandi, 2009). Falar sobre, narrar sobre está estreitamente relacionado às representações sociais, que, segundo Moscovici (2007), são todas as formas de crença, ideologias, conhecimento popular, inclusive o conhecimento

científico, reproduzidos e transmitidos de uma geração a outra através de uma linguagem comum, naturalmente adquirida por todos em uma comunidade.

Para Moscovici (2007), as representações sociais carregam uma relação profunda entre operações mentais e linguísticas que se estabelece ao redor da informação e da significação, o que explica a formação e a evolução do conhecimento popular, ou o senso comum, e sua função social. Esta relação materializa o pensamento a partir de palavras e imagens e transforma em característica comum o que pertencia a um campo específico.

A narrativa jornalística, ao informar, consegue não só identificar o sujeito e investi-lo de suas próprias características como também personificar a cultura por meio da linguagem, além de representar situações pela transformação de palavras, ideias e indivíduos não-familiares em usuais, próximos e atuais. As representações então tornam o não-familiar em algo familiar, cria novos tipos sociais, modifica o comportamento, estabelece um senso comum. “Sem dúvida, cada fato, cada lugar comum esconde dentro de sua própria banalidade um mundo de conhecimento, determinada dose de cultura e um mistério que o faz ao mesmo tempo compulsivo e fascinante.” (Moscovici, 2007, p.60).

Para o analista, apreender os sentidos de uma narrativa é tomar conhecimento dos diferentes discursos, sem, no entanto, precisar tomá-los como seus. Ainda, é precaver-se contra ideias e hábitos inconscientes de interpretação, como se fossem originalmente seus, assegurando dessa forma que suas antecipações se desdobrem segundo a ‘coisa mesma’ heideggeriana. “Trata-se da relação circular entre o todo e suas partes: o significado antecipado em um todo se compreende por suas partes, mas é à luz do todo que as partes adquirem a sua função esclarecedora.” (Gadamer, 2006, p.58).

Surgem então das camadas mais profundas do discurso os fios que tecem e sustentam a **consciência histórica**, que consiste em preconceitos seculares e antecipações usuais do sujeito, que, segundo Gadamer (2006), é tomado pelo sentido de ‘pertencimento’ de uma tradição no comportamento histórico-hermenêutico e de uma compreensão em ‘conhecer-se em algo’ compreensível às ‘coisas mesmas’. Ao interpelar estes preconceitos o sujeito dá-se conta deles, procurando não ceder o lugar a um tipo de ‘verdade definitiva’, e por meio de uma posição mediadora, define um novo papel do preconceito e desta ‘verdade’ como membros de uma rede ininterrupta de acontecimentos. “Qualquer posição ‘nova’ que substitui uma outra segue necessitando da ‘antiga’, já que ela não pode se explicitar enquanto não souber nem a que nem por que ela se opõe” (Gadamer, 2006, p.69), daí a necessidade de

interrogar radicalmente a consciência histórica para conseguir compreender o que se entende por verdade.

O material empírico analisado revela imagens que surgem como mensagens vindas do inconsciente ‘recolhido’ para o consciente expresso na narrativa jornalística da Folha.com por meio de palavras como **Poder**, na retranca da matéria, **Verdade**, no lide, e ainda **violações, direitos humanos, governo**, constantes no sublide. O encadeamento dessas palavras indica o movimento circular de **interpretação hermenêutica** que envolve a compreensão da ‘coisa mesma’ e a indagação sobre o entrelaçamento do passado e do presente, constitutivos da busca pela verdade, e que, justamente por permitir um engendramento infinito de fios e camadas, não pode reduzir as imagens em argumentos ‘verdadeiros’ ou ‘falsos’, segundo a lógica aristotélica, com uma única solução ‘verdadeira’ ou ‘falsa’.

As imagens evocadas pelas palavras mencionadas remetem ao conceito de **imaginário**, que “são processos de produção, transmissão e recepção, o ‘museu’ – que denominamos imaginário – de todas as imagens passadas, possíveis, produzidas e a serem produzidas.” (Durand, 1998, p.6), ou que “é uma re-presentação incontornável, a faculdade da simbolização de onde todos os medos, todas as esperanças e seus frutos culturais jorram continuamente desde os cerca de um milhão e meio de anos que o homo erectus ficou em pé na face da Terra” (Durand, 1998, p.117).

Identificam-se nos fios discursivos da matéria as vozes de um **imaginário político** que ao mesmo tempo limita as imagens de uma época e escolhe as mudanças nessas imagens, ao indagarem sobre a **verdade** e os **direitos humanos** nos tempos da ditadura e a **verdade** e os **direitos humanos** hoje. Deve-se ressaltar a camada arqueológica do não-dito do relato sinalizando que após a Segunda Guerra a humanidade se viu em dois mundos míticos e antagônicos: o capitalismo visto pelos soviéticos como dominação de classe e o comunismo considerado por seus opositores como totalitarismo, sendo que esse imaginário menos ideológico do que político e econômico fora desfeito com a queda ipso facto do Muro de Berlim, já nos fins do século 20. Estes elementos ditos e não-ditos do discurso jornalístico se situam num espaço e tempo totalmente distintos, dando lugar às ações constitutivas de um imaginário político atualizado e permanentemente renovado pelas narrativas midiáticas.

Poder e **Verdade** são termos da matéria analisada fortemente sinalizados nas camadas de leitura do relato e explicitamente revelados num encadeamento recíproco nos fios discursivos desde a retranca da matéria até o final do discurso político de Dilma, reproduzido na íntegra pelo jornal online Folha.com. “O importante, creio, é que a verdade não existe fora

do poder ou sem poder. Cada sociedade tem seu regime de verdade, sua ‘política geral’ de verdade; isto é, os tipos de discurso que ela acolhe e faz funcionar como verdadeiros; as técnicas e os procedimentos que são valorizados para a obtenção da verdade; o estatuto daqueles que têm o encargo de dizer o que funciona como verdadeiro” (Foucault, 1984, p.12), e mais ainda, “a verdade está circularmente ligada a sistemas de poder, que a produzem e apoiam, e a efeitos de poder que ela induz e que a reproduzem. ‘Regime’ de verdade. O problema não é mudar a ‘consciência’ das pessoas, ou o que elas têm na cabeça, mas o regime político, econômico, institucional de produção da verdade.” (Foucault, 1984, p.14), produção esta que é tarefa diária da mídia como rede de empresas institucionais de comunicação.

Expressa 28 vezes no corpo da matéria analisada neste trabalho, a palavra **Verdade** vem sendo amplamente discutida no ocidente desde a antiguidade grega, passando por Sócrates, que era mestre de Platão, que por sua vez era mestre de Aristóteles, que nos legou o raciocínio dialético, mesmo tendo Platão admitido a existência de verdades demonstráveis apenas pela via do mito como os mistérios da morte, da alma, do além, representados por dramaturgos como Ésquilo e suas tragédias povoadas por deuses e mortais, reveladoras, sobretudo, do sofrimento e de sua aceitação como caminho fatídico e imprescindível ao homem para alcançar a sabedoria e o livre-arbítrio, o que remete aos usos da história mencionados por Foucault (1984) no capítulo intitulado Nietzsche, a Genealogia e a História, onde ele afirma que ‘a vontade de verdade perde todo o limite e toda a intenção de verdade no sacrifício que deve fazer no sujeito de conhecimento’; que a vontade infinitamente desdobrada de saber arrisca-se a destruir a própria humanidade em nome do conhecimento.

No capítulo intitulado Soberania e Disciplina, Foucault (1984) afirma que “é bem possível que as grandes máquinas de poder tenham sido acompanhadas de produções ideológicas; mas não creio que aquilo que se forma na base sejam ideologias; é muito menos e muito mais do que isso. São instrumentos reais de formação e de acumulação de saber: métodos de observação, técnicas de registro, procedimentos de inquérito e de pesquisa, aparelhos de verificação. Tudo isso significa que o poder, para exercer-se nestes instrumentos sutis, é obrigado a formar, organizar e por em circulação um saber, ou melhor, aparelhos de saber que não são construções ideológicas.” (Foucault, 1984, p.186).

A estruturação do texto como **malhas e fios discursivos** constitui uma abordagem alegórica, visto ser uma metáfora em movimento: os fios se interligam uns nos outros, possibilitam distinguir os acontecimentos, diferenciar as camadas e níveis do discurso, e se engendram para formar ‘outras mesmas’ malhas discursivas. Os fios e malhas discursivas da

matéria impedem que os sentidos da narrativa jornalística escapem e desse modo captam os acontecimentos como representações da realidade social. “Na verdade, do ponto de vista dinâmico, as representações sociais se apresentam como uma ‘rede’ de ideias, metáforas e imagens, mais ou menos interligadas livremente e, por isso, mais móveis e fluidas que teorias.” (Moscovici, 2007, p. 210).

A estrutura dos fios e malhas discursivas baseia-se no trabalho de Maria Emilia Lima: A construção discursiva do povo brasileiro. Os fios nodais da matéria encontram-se na instalação da Comissão da Verdade e no discurso proferido pela presidenta Dilma durante o evento. “Os fios de referência são tanto informações objetivas encontradas no texto como data, local, personagens, quanto um dado sentido subjetivo do texto, que dá margem a diferentes sentidos e sinais acerca dos acontecimentos. Os fios de espera são os fatos já ditos e transformados em acontecimento que sofreram dentro do texto uma descontinuidade, são possíveis narrativas que aguardam por novos acontecimentos para um próximo desdobramento da notícia, ou são simplesmente esquecidos. Todos estes fios tecem as malhas discursivas, que são unidades autônomas do próprio texto, a tessitura da narrativa.” (Fonseca, V.C., 2012, p.95).

Porto (2010) menciona a mesma estrutura dos fios e malhas em Análise de Discurso – as seis camadas de leitura em massa folhada: “Admitindo-se que os textos são tecidos, malhas que podem ser mais bem vistas sob o reflexo da luz, buscar as malhas e as tramas nodais fundamentais, os fios de montagem, as malhas básicas que sustentam as narrativas expressivas do conhecimento humano, assim como outras malhas, tecidos visíveis nos textos e nas práticas culturais que, embora não sendo preponderantes, exercem papéis fundamentais para a compreensão do discurso. Exemplo disso são as malhas de fio de espera, malhas provisoriamente largadas, malhas perdidas e malhas acrescentadas. É o momento da busca do já dito, do já visto, do já ouvido e que trará uma relação expressiva e significativa com as coisas dizíveis, com as coisas que ainda vão acontecer.” (Porto, 2010, p.30-31).

Considerando, então, que as malhas e fios discursivos são estruturas específicas (fios nodais, fios de referência, fios de espera, malhas discursivas), constitutivas da tessitura do discurso, é possível conseqüentemente relacionar as representações sociais engendradas nos fios e camadas do discurso com essas estruturas das malhas discursivas, sendo estas inscritas circularmente nas representações pelos próprios fios do discurso. Os fios discursivos conduzem à produção de sentidos no entrelaçamento de intradiscursos e interdiscursos, assunto amplamente discutido por Eni Orlandi (2009). Entende-se o interdiscurso como a

memória e a constituição do já-dito e por isso mesmo do dizível, e o intradiscorso como a formulação do que está sendo dito naquele momento e em determinadas condições, o que inclui os **esquecimentos** ideológicos. Daí surge possivelmente a ilusão de considerar o discurso como a origem do que se diz, ao passo que ele abarca **silêncios** fundantes da dominação, ou da resistência, formando desse modo malhas que interligam materialmente a língua e a história, ao alcance cotidiano da opinião pública pela narrativa jornalística.

A metodologia utilizada neste trabalho encontra-se em Análise de Discurso – o caminho das seis leituras interpretativas em massa folhada, de Sergio Porto, que propõe ‘a dupla tarefa de construir desconstruindo’, para em seguida praticar a reposição de sentidos, como diz Paul Ricoeur, através da desmistificação e da **hermenêutica** como técnica interpretativa das narrativas midiáticas. Na metodologia, o importante é a construção dos dispositivos analíticos, definidos a partir da questão que desencadeia a análise, a sua finalidade e a natureza do material. Sendo assim, Porto dispõe o material de análise em **seis camadas interpretativas**: a) polissêmica – gera uma multiplicidade de sentidos e uma pluralidade de significantes no discurso; b) parafrástica – revela tanto a ideia dominante e central do discurso quanto suas formações discursivas, que são o que pode e deve ser dito, tendo os fios de referência como reveladores dessas camadas; c) enunciativa – identifica os sujeitos enunciadore e enunciatários (receptores) que ‘vão dar vida narrativa’ ao sentido dos discursos, bem como campos de ação com sujeitos despersonificados, como os torturados e desaparecidos, veladamente presentes na narrativa em análise; d) argumentativa – analisa as ideias e argumentos do discurso de modo crítico, identifica a presença da lógica aristotélica por meio de silogismos, da persuasão e da retórica, identifica as metáforas (deslocam os sentidos), os símbolos (restringem a significação a um uso comum), as alegorias (abrem a significação para novas possibilidades), e propicia a interrogação hermenêutica de interpretação do texto discursivo, tendo as malhas discursivas como reveladoras dessas camadas; e) arqueológica – busca referências documentais, históricas, malhas e tramas nodais, fios de espera do já-dito, já-visto, já-ouvido, mostra discursos anteriores, descontínuos, relaciona-os com acontecimentos presentes e futuros e cria novas possibilidades de compreensão do discurso; f) de acontecimento – revela o encontro entre linguagem, silêncios, esquecimentos e história, situa-se “no fim de uma longa cadeia de transformações que lhe entregam um real domesticado” (Mouillard e Porto (orgs.) 2002, p.51), traz informações e possibilita ao analista puxar os fios de espera na interpretação circular do discurso e

desvendar fatos novos da ‘coisa mesma’ que se transformam em acontecimentos através da narrativa jornalística.

Dispositivos analíticos da análise de discurso: Mídia e Política

“A genealogia é cinza; ela é meticulosa e pacientemente documentária. Ela trabalha com pergaminhos embaralhados, riscados, várias vezes reescritos.”

Michel Foucault em *Microfísica do Poder*.

O material deste trabalho é de natureza midiática e compreende a retranca, a manchete, o lide como malha discursiva, e ainda seis malhas discursivas destacadas da íntegra do discurso de Dilma que conferem unidade de sentidos ao discurso. Os sujeitos e ações estão indicados nas malhas discursivas que os condicionam ao que é dito e não-dito. Na leitura das camadas interpretativas da matéria, a tentativa é a de atribuir às falas como advindas de sujeitos conectados por raízes que se espalham por toda a parte, a qualquer tempo. A questão que desencadeia a análise é a instalação da Comissão da Verdade, os caminhos e fios do discurso político e jornalístico que possibilitam as seis leituras interpretativas com o intuito de revolver e decompor as camadas e puxar os fios da compreensão dos sentidos da verdade ‘outra mesma’.

Primeira malha discursiva

O relato jornalístico introduz o discurso político e abre a matéria em análise por meio das respectivas retranca e manchete:

PODER

Leia a íntegra do discurso de Dilma na Comissão da Verdade

A camada parafrástica acima é denotativa ao relacionar os termos **poder** e **verdade** como extrinsecamente imbricados pelo significante das palavras, e conotativa quanto ao significado intrinsecamente conectado pela relação língua-discurso-ideologia, tanto por parte do veículo de enunciação que abre espaço para a íntegra do discurso aos enunciatários (leitores) quanto pelo discurso político da presidenta Dilma. O relato jornalístico, contendo o lide,

lide,	vem	a	seguir:
A presidente Dilma Rousseff assinou nesta quarta-feira (16) a	instalação da Comissão da Verdade, em cerimônia oficial no Palácio do	Planalto. Os ex-presidentes Luiz Inácio Lula da Silva, Fernando	

Henrique Cardoso, Fernando Collor e José Sarney participaram do ato.

A Comissão da Verdade, formada por sete

integrantes, terá a missão de investigar e narrar violações aos direitos humanos ocorridos entre 1946 e 1988 (que abrange o governo do presidente

Eurico Gaspar Dutra até a publicação da Constituição Federal).

A camada enunciativa identifica o contexto imediato, as circunstâncias da enunciação: a instalação da Comissão da Verdade pelo sujeito enunciador: a presidenta Dilma e os ex-presidentes como sujeitos simbólicos da história na confluência de dois eixos, o da memória e o da atualidade. No parágrafo seguinte novos sujeitos enunciadores se revelam, os sete integrantes da Comissão, cuja missão de investigar e narrar violações aos direitos humanos aponta para acontecimentos no passado que interferem no presente, e a relação de poder e de sentidos que decorre do fato relatado, indicando que uma ação, uma fala, um discurso resulta de projeção com outras ações, falas, discursos passados ou futuros. Dá-se então a troca de lugar do sujeito no discurso pela posição discursiva do sujeito quanto ao contexto sócio-histórico e à memória. Os fios de referência puxam as datas históricas definidoras do tempo a ser investigado e revelam a camada arqueológica pertinente ao governo Dutra e a publicação da Constituição de 88 como marco na defesa dos direitos humanos.

Segunda malha discursiva

Senhoras e senhores, Eu queria iniciar citando o deputado Ulysses Guimarães que, se visse ainda, certamente, ocuparia um lugar de honra nessa solenidade. O senhor diretas, como aprendemos

a reverenciá-lo, disse uma vez: "a verdade não desaparece quando é eliminada a opinião dos que divergem. A verdade não mereceria este nome se morresse quando censurada.

Embora saibamos que regimes de exceção sobrevivem pela interdição da verdade, temos o direito de esperar que, sob a democracia, a verdade, a memória e a história venham à superfície e se tornem conhecidas, sobretudo, para as novas e as futuras gerações.

O início do discurso político é uma saudação da enunciativa, presidenta Dilma, aos enunciatários, políticos, autoridades, civis e comandantes das Forças Armadas, presentes na

solenidade. A presidenta puxa os fios de referência do passado ao citar o deputado Ulysses e sua fala a respeito da verdade censurada, revelando desde já o fio nodal que conduzirá ao grande sujeito do discurso: a Verdade, sua interdição nos tempos da ditadura e sua revelação para as novas gerações. A camada parafrástica desta malha discursiva revela tanto a ideia central do discurso quanto suas diferentes formações discursivas, que constituem as distintas regiões do dizível para os sujeitos, com seus muitos sentidos possíveis que se limitam reciprocamente. O discurso é o lugar desse encontro, “da materialidade da língua com a materialidade da história, é no discurso (materialidade específica da ideologia) que melhor podemos observar esse ponto de articulação.” (Orlandi, 1992, p.20). A camada polissêmica está presente tanto nessa malha discursiva quanto nas seguintes por conta de gerar múltiplos sentidos e uma gama de significantes no discurso, identificados conforme o andamento da análise.

Terceira malha discursiva

A palavra verdade, na tradição grega ocidental, é exatamente o contrário da palavra esquecimento. (...) É memória e é história. É a capacidade humana de contar o que aconteceu. Ao instalar a Comissão da Verdade não nos move o revanchismo, o ódio ou o

desejo de reescrever a história de uma forma diferente do que aconteceu, mas nos move a necessidade imperiosa de conhecê-la em sua plenitude, sem ocultamentos, sem camuflagens, sem vetos e sem proibições.

. Esse é o ponto culminante de um processo iniciado nas lutas do povo brasileiro, pelas liberdades democráticas, pela anistia, pelas eleições diretas, pela Constituinte, pela estabilidade econômica, pelo crescimento com inclusão social. Um processo construído passo a passo, durante cada um dos governos eleitos, depois da ditadura.

A camada argumentativa mostra-se evidente nesta terceira malha discursiva, ao analisar a ideia de verdade de modo lógico, inscrita num tempo da história, movimento esse que evidencia uma relação fundamental entre a linguagem e o tempo. A oposição **verdade X esquecimento** nos remete a M.Pêcheux (1975) que distingue duas formas de esquecimento no discurso: o da enunciação parafrástica indicando que o dizer poderia ser sempre outro, e o esquecimento da instância do inconsciente, sobre se ter a ilusão do que é dito ser a origem dos sentidos, quando de fato são sentidos pré-existentes. Nós é que entramos no processo do discurso e a materialidade da língua e da história, e não o inverso. Por sua vez, a verdade em

sua plenitude mencionada no discurso remete ao **silêncio** local, que é a manifestação mais visível da política do silêncio, segundo Orlandi (1992), a política da interdição do dizer, a produção do interdito, a censura. “Assim, não é porque o sujeito não tem informações ou porque ele não sabe das coisas que ele não diz. O silêncio da censura não significa ausência de informação, mas interdição. Nesse caso não há coincidência entre não-dizer e não saber. Isto nos leva a afirmar que a censura funciona não em nível de informação mas de circulação e de elaboração histórica dos sentidos assim como sobre o processo de identificação do sujeito em sua relação com os sentidos. Ela impede o trabalho histórico do sentido.” (Orlandi, 1992, p.110).

Para revelar esta verdade em sua plenitude a presidente menciona os sujeitos simbólicos na história, os ex-presidentes, que trazem os fios de espera, as camadas de arquivo do já-visto, lido e ouvido que irão se relacionar com os acontecimentos de hoje e viabilizar a compreensão dos sentidos de verdade no contexto atual de democracia e direitos humanos constitucionais.

Quarta malha discursiva

A Comissão da Verdade foi idealizada e encaminhada ao Congresso no governo do meu companheiro de jornada, presidente Luiz Inácio Lula da Silva, a quem tive a honra de servir como ministra e a quem tenho o orgulho de suceder. Mas ela tem sua origem, também, na Lei da Comissão Especial sobre Mortos e

Desaparecidos, aprovada em 1995, na gestão do presidente Fernando Henrique Cardoso. Naquela oportunidade, o Estado brasileiro reconheceu, pela primeira vez, a sua responsabilidade pelos mortos de desaparecidos sob sua custódia. Pelos mortos de desaparecidos sob sua custódia durante o regime autoritário.

No entanto, é justo que se diga que o processo que resultou na Comissão da Verdade teve início ainda antes disso, durante o mandato do presidente Fernando Collor, quando foram abertos os arquivos do DOPS de São Paulo e do Rio de Janeiro, trazendo a público toneladas de documentos secretos que, enfim, revelados representaram um novo alento aos que buscaram informações sobre as vítimas da ditadura.

Nesta malha os fios de espera do já-dito foram puxados evidenciando os ex-presidentes como sujeitos enunciadorees da história revelada na camada arqueológica do discurso, desvendada pela abertura de arquivos e divulgação de documentos secretos, é o interdiscurso como memória discursiva sustentando o dizer em uma estratificação de enunciações já feitas e esquecidas, e que vão construindo uma história de sentidos. Orlandi (2009) afirma que na análise de discurso o sujeito é linguístico-histórico, constituído pelo esquecimento e pela ideologia. A respeito dos sujeitos enunciadorees, é pertinente mencionar o que diz Bourdieu em O Poder Simbólico, onde ele afirma que “ao contrário do capital pessoal que desaparece com a pessoa do seu portador (embora possa originar querelas de herança), o capital delegado da autoridade política é, como o do sacerdote, do professor e, mais geralmente, do funcionário, produto da transferência limitada e provisória (apesar de renovável, por vezes vitaliciamente) de um capital detido e controlado pela instituição e só por ela. Dito isto, a missão política distingue-se, mesmo neste caso, de uma simples função burocrática visto que é sempre uma missão pessoal, em que a pessoa toda se empenha.” (Bourdieu, 2010, p.191). Por conta das expressões **regime autoritário** e **vítimas da ditadura**, vêm à tona as camadas polissêmica, arqueológica, e, sobretudo, de acontecimento ao conduzirem os sentidos para os inauditos fios do discurso em análise onde se localiza a ‘quebra de comando’ na hierarquia militar, sob as ordens discricionárias expressas e ilegítimas da Lei de Segurança Nacional e atos afins. Para Bourdieu (2010, p. 202), “o processo a que se chama ‘militarização’ consiste em basear a autoridade na situação de ‘guerra’ com que se defronta a organização e que pode ser produzida por um trabalho sobre a representação da situação, a fim de produzir e de reproduzir continuamente o medo de ser contra, fundamento último de todas as disciplinas militantes ou militares.” Por conta desse fato, ainda, “certas oposições recorrentes, como a que se estabelece entre a tradição libertária e a tradição autoritária são tão-só a transcrição no plano das lutas ideológicas da contradição fundamental do movimento revolucionário, coagido a recorrer à disciplina e à autoridade, e até mesmo à violência, para combater a autoridade e a violência.” (Bourdieu, 2010, p.181). Por conta disso, casos emblemáticos de vítimas da ditadura como o estudante Edson, a militante Etienne, o jornalista Herzog emergem como enunciadorees das camadas arqueológicas e de acontecimento do discurso.

Quinta malha discursiva

(...) O nosso encontro, hoje, (...) é uma demonstração de maturidade política que tem origem nos costumes do nosso povo e nas

características do nosso país. (...) O Brasil certamente espera que seus representantes sejam capazes de se unir em torno de objetivos comuns, ainda que não abram mão, mesmo que mantenham opiniões divergentes sobre outros temas, o que é normal na vida democrática.

Evidencia-se a camada argumentativa nesta quinta malha discursiva, quando a presidenta enuncia em seu discurso a intenção de demover possíveis posições de resistência e compartilhar valores e proposições em torno de objetivos comuns à democracia e sociedade brasileira. A tessitura da malha prossegue por meio do discurso da negociação e da estratégia discursiva, evocando o povo como sujeito dos costumes políticos, da **memória coletiva**, construída a partir de suas relações com a história social. É oportuno identificar a diferença entre memória histórica e memória coletiva sob a perspectiva de Maurice Halbwachs (1990), sendo aquela uma construção lógica e inventada, que busca solucionar rupturas e produzir imagens unitárias, e esta como a grande protagonista da história, ‘que tece e retece, continuamente, aquilo que o tempo cancela e que, com a sua incansável obra de mistificação, redefinição e reinvenção, refunda e requalifica continuamente um passado.’ Para Halbwachs (1990), memória não é sonho, é trabalho que vivifica permanentemente o passado, sobretudo na tradição e nos costumes, onde seus conteúdos se atualizam, se articulam entre si, constituem fontes dos processos históricos transmitidos por testemunhos, que por meio do diálogo, ajudam a observar, lembrar experiências anteriores, confrontar diferentes pontos de vista que coabitam no próprio indivíduo, e assim compreender melhor uma realidade presente e adquirir maior confiança na exatidão de evocação da memória, ‘como se uma mesma experiência fosse começada, não somente pela mesma pessoa, mas por várias.’

Sexta malha discursiva

Senhoras e senhores, Hoje também passa a vigorar a Lei de Acesso à

Informação. Junto com a Comissão da Verdade, a nova lei representa um grande aprimoramento institucional para o Brasil, expressão da transparência do Estado, garantia

básica de segurança e
 proteção para o cidadão.
 Por essa lei, nunca mais
 os dados relativos às
 violações de direitos
 humanos poderão ser

reservados, secretos ou ultrasecretos.

(...) A transparência a partir de agora obrigatória,
 também por lei, funciona como o inibidor eficiente de todos
 os maus usos do dinheiro público, e também, de todas as
 violações dos direitos humanos. Fiscalização, controle e
 avaliação são a base de uma ação pública ética e honesta.

A informação constitui, ao lado da verdade, o fio nodal do discurso e revela a camada de acontecimento desta malha discursiva onde se encontram a linguagem, os silêncios, os esquecimentos e a história, desnovelando os fios de espera relativos às violações de direitos humanos, desvendando tramas da corrupção do dinheiro público, e conectando-se à fiscalização para garantir ética à ação pública. Por conta da difusão da informação, Luís Felipe Miguel observa em Mídia, representação e democracia que “amplia-se a postura crítica do público em relação à elite política, na qual os meios de comunicação de massa também ocupam posição central: a elevação das expectativas.” (Miguel, 2010, p.231-232). Para o autor, as informações que contestam governos e políticos também podem ser transmitidas com eficácia por redes sociais, mesmo à margem da mídia, utilizando inclusive telefones celulares como comunicação horizontal entre cidadãos.

Sétima malha discursiva

Encerro com um convite a todos os brasileiros, independentemente do papel que tiveram e das opiniões que defenderam durante o regime autoritário. Acreditemos que o Brasil não pode se furtar a conhecer a totalidade de sua história. Trabalhemos juntos para que o Brasil conheça e se aproprie dessa totalidade,

da totalidade da sua história.

(...) É como se disséssemos que, se existem filhos sem pais, se existem pais sem túmulo, se existem túmulos sem corpos, nunca, nunca mesmo, pode existir uma história sem voz.

(...) Eu acrescentaria que a força pode esconder a verdade, a tirania pode impedi-la de circular livremente, o medo pode adiá-la, mas o tempo acaba por trazer a luz. Hoje, esse tempo chegou.

A camada argumentativa sobressai-se nesta sétima e última malha discursiva em análise, visto que a presidenta convida absolutamente todos os enunciatários a tomarem parte no trabalho de conhecimento e apropriação da história do Brasil. No segundo parágrafo a argumentação recorre a figuras de linguagem como os três eufemismos a seguir: **se filhos sem pais**, pais estes mortos durante a ditadura; **se pais sem túmulo**, pais estes mortos e seus corpos desaparecidos durante a ditadura; **se túmulos sem corpos**, corpos estes ora jogados em águas turvas depois de abertas as barrigas e perfurados os pulmões ora enterrados em cemitérios clandestinos durante a ditadura; e, por último, a metáfora **nunca, nunca mesmo uma história sem voz**, voz esta continuamente a contar a história vivente de todos os brasileiros. Ainda por conta disso, vale lembrar que “a especialidade da comunicação e da política no Brasil nasce justamente no período da redemocratização do país, e os seus pesquisadores sempre acompanharam com grande atenção a revalorização da opinião pública e da pluralidade da expressão política nos meios de massa, bem como o papel de vigilância sobre o sistema político exercido pelas indústrias da informação, para verificar a sua incidência numa democracia que se restaurava.” (Gomes e Maia, 2008, p.12). O autor salienta, sobretudo, o papel da mídia quanto aos direitos e às liberdades dos indivíduos: “esse papel se cumpre com a garantia dos direitos de expressão, com a consolidação da liberdade e da pluralidade de opiniões, com a função da vigilância constante e hostil contra os ‘governos invisíveis’ e contra a tendência de uso patrimonialista do Estado, pelo constrangimento exercido sobre os poderes públicos para força-los à transparência e à prestação de contas.” (Gomes e Maia, 2008, p.13-14).

Conclusão

Examinar, decompor, investigar, analisar, desconstruir e construir, expor cada uma das seis camadas interpretativas bem como estruturar alegoricamente o material de análise como malhas e fios discursivos mostraram eficácia na operacionalização de análise dos conceitos interpretativos presentes neste trabalho, ao evidenciar a produção de sentidos e as intenções comunicativas do discurso jornalístico e político da matéria analisada.

Na divulgação da matéria, a empresa jornalística oferece dimensão mediadora entre a opinião pública e os acontecimentos e discursos políticos, atuando como uma espécie de arena aberta, de ágora dos tempos atuais, proporcionando espaço mais para negociações que sejam acessíveis e discutidas pela coletividade com vistas ao bem comum – que abarca o conceito chave de democracia, do que para negociações entre organizações e partidos sob a forma de uma configuração política na divulgação de interesses privados.

Da mesma forma, a proposição de múltiplas leituras do relato jornalístico, e do discurso político inserido no relato, confirma a língua como materialidade do discurso, e o discurso como materialidade ideológica do sujeito. As seis camadas de leitura e os fios e malhas discursivas como metodologia demonstram, decompõem, reconfiguram o movimento contínuo dos sentidos presente na linguagem, expressão necessária do discurso, e proporcionam a concomitante desconstrução e construção do entendimento na relação da ‘coisa mesma’.

O não dito, os esquecimentos, os silêncios contidos nos diversos fios e camadas de leitura deste trabalho surgem, portanto, como uma consequência lógica da decomposição das espessas camadas analisadas de discurso, evidenciam-se pelos diversos fios de espera, fios nodais e de referência, revelam malhas antes subrepticiamente encobertas, chegam inexoravelmente à superfície da análise de discurso do relato jornalístico pelas representações sociais, consciência histórica, imaginário e memória coletiva os quais, por sua própria natureza, fazem soar ao longe o ruído resfolegante de cavalos em perseguição de vítimas a passos mais trôpegos que largos, com narrativas marcadas por façanhas vividas nos tempos de ditadura, que a despeito de gritantes violações dos direitos humanos como a censura e a tortura, não irá silenciar em tempo algum os tambores, liras e flautas. Personagem marcante desde os tempos greco-trágicos do ditirambo, eis que surge o bode trazendo de lá de dentro da caverna de Platão a consciência transformada em uma consciência mais ‘humana’, com a verdade flamejando em tempos de democracia e de direitos humanos, direitos humanos como verdade inquestionável, por isso universal.

A propósito e alegoricamente, Sergio Porto vê a Comissão da Verdade como uma possibilidade de exercício de poder, como forma de um conhecimento pragmático, idealizada pela Presidente da República, uma ex-prisioneira política. As luzes do sol

certamente retirarão da caverna e dos porões da repressão acontecida no Brasil entre 1965 e 1985 verdades desconhecidas da sociedade civil organizada. Como possibilidade, e ao fim dos trabalhos desta Comissão da Verdade, pode ser que a lei da anistia seja revisitada por quem de direito no Brasil.

POST SCRIPTUM

Sergio Dayrell Porto

Ao criar e instalar no Palácio do Planalto a Comissão da Verdade, a presidente Dilma Rousseff se propõe realizar uma tarefa de conhecimento, que antecede em muito o intuito de um revanchismo, aquilo que até poderia se constituir numa malha de fio de espera, não uma malha nodal de seu discurso. Este seu discurso insere-se no campo da teoria e prática do conhecimento, ela busca o conceito, esta sim, uma palavra chave de suas intenções arqueológicas ao pensar em criar no Brasil uma Comissão da Verdade para apurar fatos e acontecimentos de desrespeito à pessoa humana – por que não as torturas praticadas pelos militares no poder entre 1964 e 1985, mas abrangendo mesmo um período maior desde o fim da era Vargas até os dias atuais.

Na alegoria que faz da caverna, o sábio Platão mostrava a necessidade de se conhecer, de se aproveitar da pouca luz existente na caverna – ou vista apenas de forma indireta – para ir em frente e para cima, em busca da verdadeira luz, que vem do sol, e que está fora da caverna. Aqueles que conseguissem se desvencilhar dos grilhões da caverna e, portanto, da ignorância e de sempre estarem vendo as coisas de uma mesma forma e forma impotente para, a partir da luz forte do sol se obter a claridade do pleno conhecimento, não mais aceitariam retornar à caverna, deixando-se prender novamente, e aí permanecendo no imobilismo, a troco de uma pseudo comodidade proporcionada pelo pouco saber, um saber que não é saber, um saber sem qualquer risco e gozo.

Já nos dias atuais, o escritor argentino Julio Cortazar, autor de O Jogo da Amarelinha, dizia que o poliglota se opõe ao idiota. O poliglota fala várias línguas, tem amplas possibilidades do conhecimento, ao passo que o idiota fala e ouve sempre da mesma forma (id - glote – ote) e assim compara-se àquele que fica embrutecido, mergulhado na caverna.

Com a criação e instalação da Comissão da Verdade, a presidente Dilma Rousseff deseja conhecer, não se contenta apenas com as intuições e ou suposições, ela vai em busca do conceito, deste fruto mental racional, ela quer saber quem, como e em que circunstâncias praticou-se no Brasil verdadeiros abusos à dignidade da pessoa humana.

Platão, discípulo de Sócrates, que fundou em 387 ac. a Academia, “uma escola de filosofia com o propósito de recuperar e desenvolver as ideias e pensamentos socráticos (...) entre suas obras mais importantes e conhecidas está A República, onde analisa a política grega, a ética, o funcionamento das cidades, a cidadania e questões sobre a imortalidade da alma. Platão valoriza os métodos de debate e conversação como formas de alcançar conhecimento” (A Alegoria da caverna - PLATÃO, in A República, livro VII, 514 a 517 c – Brasília, Editora LGE.2006). Ao propor metaforicamente a busca árdua do conhecimento, realizando uma alegoria cinematográfica de como sair da caverna em busca da luz do sol, Platão insere-se no estudo da República, na ciência de Atenas e das cidade gregas, dizendo mesmo que os estudantes de classes menos favorecidas deveriam dedicar-se ao trabalho, a partir de seus 13 anos. Aristocrata e sabedor que o conhecimento não é para todos, permite também compreender que muitos não se liberam da caverna por suas próprias condições materiais de existência.

Diríamos nós, analistas dos discursos, que interpretar, compreender, dar novos sentidos aos significados useiros e vezeiros das coisas, praticar o iconoclasmo, a desconstrução, a desmitologização para em seguida recobrir as coisas aí com uma nova semiose de sentidos (desculpem aqui um pleonasma, permitido) é tarefa para quem é abençoado pelos deuses do Olimpo e por aqueles que têm a coragem e a oportunidade de fugir da caverna. Uma comissão da verdade, no espírito de Michel Foucault, seria uma comissão de vontade de verdade, esta não se limitando a uma realidade que pode acontecer, mas uma verdade política. A busca da verdade, a vontade de verdade, implica necessariamente em atos de vontade, em mudanças de comportamento. Buscar a verdade requer o seu conhecimento, o seu conceito, mas está intimamente ligado a um outro conceito, o de pragmática. Austin, pragmático inglês, dizia “como fazer coisas com as palavras”. O conceito de verdade não é só contemplativo, o conceito de verdade vem da vontade de verdade, busca a sua realização em atos e comportamentos. Se somos seres éticos, conhecer faz parte de nossa vida comportamental, e é muito bem

possível que no discurso da presidente, punir os culpados pelas torturas acontecidas na ditadura militar que assolou o Brasil durante 25 anos é uma possibilidade de ser, é uma malha de espera.

O primeiro ministro da cultura do Brasil, o pernambucano Aloysio Magalhães, ainda no seu tempo de presidente do Centro Nacional de Referência Nacional, ao distinguir educação de cultura, aproveitava-se do personagem roseano Miguilim, para dizer que quando ele foi clinicado por um oftalmologista e ter tido as lentes feitas por um optometrista, nunca mais voltou à escola... Vendo e enxergando bem, dotado de novas lentes, Miguilim se mandou em busca de novas referências culturais. A escola em que estava preso assentado em bancos velhos e sujos não mais lhe ensinava, apenas o prendia a um formalismo de um não aprendizado escolar ultrapassado. Vendo, enxergando, passou a conhecer a vida e a conceituar e viver de valores de sua cultura e das diversas outras culturas que fazem a diferença e claridade da beleza universo.

Referências bibliográficas

- BOURDIEU, Pierre. O Poder Simbólico. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.
- DURAND, Gilbert. O Imaginário – ensaio acerca das ciências e da filosofia da imagem. Rio de Janeiro: DIFEL, 2001.
- FONSECA, Valéria de Castro. Fios de O substrato da corrupção pela análise narrativa. In: MOTA, C., MOTTA, L. G. e CUNHA, M. J. (org.). Narrativas Midiáticas. Florianópolis: Insular, 2012.
- FOUCAULT, Michel. Microfísica do Poder. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1984.
- GADAMER, G. e FRUCHON, P. (org.). O problema da Consciência Histórica. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2006.
- GOMES, W. e MAIA, R. Comunicação e Democracia – Problemas & Perspectivas. São Paulo: Editora Paulus, 2008.
- HALBWACHS, M. A Memória coletiva. São Paulo: Vértice-Revista dos Tribunais, 1990.
- LIMA, Maria Emilia A. T. A Construção Discursiva do Povo Brasileiro – os discursos de 1º. De maio de Getúlio Vargas. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1990.
- MIGUEL, L. F. e BIROLI, F. (org.). Mídia, representação e democracia. São Paulo: Hucitec, 2010.
- MOSCOVICI, Serge. Representações Sociais. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.
- MOULLAUD, M. e PORTO, S. (org.). O Jornal: da forma ao sentido. Brasília: Editora UnB, 2002.

ORLANDI, Eni. *Análise de Discurso – Princípios e Procedimentos*. Campinas, SP: Pontes, 2009.

_____. *As Formas do Silêncio*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1992.

PÊCHEUX, M. *Le Verités de la Palice*. Paris: Maspero, 1975. Trad. Bras. *Semântica e Discurso*. E. Orlandi et alii, Editora da Unicamp.

PORTO, Sérgio Dayrell. *Análise de Discurso – O Caminho das Seis Leituras Interpretativas em Massa Folhada*. Brasília: Casa das Musas, 2010.